

Empreendedorismo feminino como vetor para a transformação social

» MARGARETE COELHO

Diretora de Administração e Finanças do Sebrae Nacional



O empreendedorismo feminino já está consolidado como uma força transformadora no cenário econômico e social brasileiro. Com sua atividade, as mulheres empreendedoras não só garantem o sustento de suas famílias, como também atuam como impulsionadoras de desenvolvimento, especialmente em periferias e grupos sociais historicamente menos favorecidos. Ao criarem e expandirem seus negócios, elas geram emprego, renda e estimulam o crescimento local, contribuindo de forma relevante para a redução das desigualdades.

Além do impacto econômico, o empreendedorismo representa uma alternativa de emancipação para muitas mulheres, sobretudo àquelas que já sofreram ou ainda enfrentam situações de violência, seja ela física ou psicológica. Ao assumirem o comando dos próprios negócios, elas encontram na atividade empreendedora uma alternativa para romper ciclos de dependência, conquistar a autonomia, recuperar a autoestima e reafirmar a sua dignidade.

Todavia, apesar do notável crescimento do empreendedorismo feminino nas últimas décadas, os desafios persistem. Os últimos estudos realizados

pelo Sebrae revelam que 25% das empreendedoras já sofreram situações de preconceito na condução do seu negócio.

Além disso, o acúmulo de responsabilidades domésticas e o cuidado com familiares reduzem o tempo que elas poderiam dedicar ao aprimoramento e à expansão de seus negócios. As mulheres que empreendem dedicam, em média, o dobro das horas despendidas pelos homens aos cuidados com familiares e nos afazeres domésticos — o que acarreta um sentimento dominante de sobrecarga entre elas. Por óbvio, isso significa horas a menos dedicadas aos seus negócios.

Como resultado desses e outros fatores limitantes, constatamos que a taxa média de juros para empréstimos feitos para empreendedoras é aproximadamente quatro pontos percentuais mais alta que a praticada para os homens. Em algumas situações, a taxa de juros paga por mulheres pode ser ainda mais elevada, superando a marca de 60% ao ano, e esses resultados conseguem ser ainda maiores quando analisamos grupos de mulheres da Região Nordeste, por exemplo.

Em razão desses obstáculos, as donas de negócios terminam por receber uma fatia menor dos recursos do mercado de crédito disponibiliza para o setor. Ou seja, perdem investimentos que seriam essenciais para que suas empresas pudessem ampliar a capacidade produtiva e a incorporação de novas tecnologias, por exemplo.

O Sebrae tem atuado de maneira estratégica e abrangente para contribuir com a reversão desse

quadro. No ano passado, lançamos, em parceria com o governo federal, o programa Acredita Delas, que tem como principal objetivo facilitar o acesso das mulheres empreendedoras a crédito. A criação de uma política pública que assegurasse condições mais favoráveis de acesso a crédito para mulheres donas de pequenos negócios era uma medida urgente e almejada pelas empreendedoras brasileiras há décadas.

A ação está ofertando condições especiais e orientações personalizadas para que elas possam superar as dificuldades financeiras e investir no crescimento de suas atividades. O programa utiliza o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), gerido pelo Sebrae, para oferecer até 100% de garantia nas operações de crédito solicitadas por empreendedoras.

Isso propicia empréstimos com taxas de juros mais baratas e contribui para a superação de um problema estrutural, voltando o olhar para as mulheres que, inclusive, têm empreendido tanto quanto os homens e já demandam mais crédito do que eles.

As mulheres são um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social. E, pelo empreendedorismo, podem conquistar ainda mais! Por isso, vamos continuar trabalhando para contribuir com a consolidação das políticas públicas necessárias para incluir mais mulheres nesse universo e para que elas possam ter condições de igualdade no mercado, construindo um futuro mais inclusivo, diverso e justo.

Make America freerider again

» GUILHERME VINHAS

Especialista em direito econômico pela FGV/RJ, advogado especialista em direito regulatório



A expressão freerider é utilizada pelos economistas para caracterizar quem se beneficia de um bem ou serviço sem prestar qualquer contribuição. Em outras palavras: pegar carona, tirar proveito do trabalho alheio. Quanto às mudanças climáticas, freerider é o país que não aderiu ao Acordo de Paris ou não cumpre com as suas obrigações nesse tratado. O resultado é que os demais países precisam aumentar os seus esforços para compensar as emissões que deixam de ser evitadas pelo freerider, pois a atmosfera é um bem comum e de uso ilimitado por todos.

O problema se torna agudo quando o freerider é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Numa reprise do que fez na sua primeira eleição, o presidente Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. O impacto para as próximas COPs não é pequeno. O país deixa de se comprometer com o financiamento das medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, com os mercados globais de carbono e outras iniciativas discutidas no âmbito desse acordo.

A agenda da COP-30 precisará equacionar esses temas diante da ausência dos Estados Unidos. Um desafio que não é trivial, na medida em que havia a expectativa de que o país contribuísse, de forma justa, frente aos danos climáticos que causa.

Ao mesmo tempo, Donald Trump anunciou a intenção de acelerar a produção de combustíveis fósseis e de desidratar a geração de energia renovável. Abdicar da geração de energia renovável ou demonizar os combustíveis fósseis são posições extremas que apenas servem a setores específicos. É preciso ter equilíbrio. A contenção do aquecimento global demanda a redução da intensidade de carbono dos combustíveis fósseis, que causam cerca de dois terços das emissões de gases de efeito estufa, assim como o investimento no conjunto de fontes de energia renovável.

Entretanto, tais iniciativas do presidente Trump não devem afastar outros governos e empresas da transição energética. Ao contrário, a era Trump pode oferecer oportunidades para os países e empresas que estiverem bem posicionados para atender às demandas de descarbonização da economia, inclusive nos Estados Unidos.

Isso porque o governo Trump não tem o monopólio das iniciativas de combate às mudanças climáticas no país. Parte dos estados, da iniciativa privada e dos consumidores americanos é sensível aos alertas da ciência. E, portanto, vê valor nas medidas de mitigação das mudanças climáticas.

Tendo em vista que o Brasil é uma potência global em biocombustíveis e possui uma matriz energética limpa em relação a outros países, se oferecermos segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade de regras, podemos aproveitar o momento para atrair investimentos na produção de energia renovável.

Esse processo já está em andamento. Nos últimos meses, o Congresso Nacional, com o Ministério de Minas e Energia, avançou na criação de importantes marcos legais: são seis leis fundamentais para a transição energética.

Em junho de 2024, foi sancionada a lei que criou o Programa Mover, cujo objetivo é estimular a cadeia de produção de veículos e o investimento em inovação e tecnologia para tornar a frota nacional mais sustentável e eficiente em relação às emissões de gases de efeito estufa.

Em agosto de 2024, foi publicado o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono, que visa estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia para a sua produção a partir dos diversos ativos energéticos brasileiros.

Posteriormente, em outubro de 2024, foi publicada a lei que deu vida ao Programa Combustível do Futuro, uma ambiciosa iniciativa para descarbonizar o transporte no Brasil. Já em dezembro de 2024 foi sancionada a Lei que cria o mercado regulado de carbono, denominado Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

No início de janeiro, foi sancionada a Lei que dispõe sobre a geração de energia eólica offshore. Mais recentemente, foi publicada a lei que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (Patén), que permitirá o financiamento de projetos conectados à transição energética mediante a utilização de créditos tributários e precatórios da União.

Esse conjunto de leis precisará ser regulamentado e, idealmente, as agências reguladoras responsáveis pela sua implementação deverão receber um reforço de pessoal e de recursos financeiros proporcional ao aumento de suas atribuições decorrente desses marcos legais.

O Brasil segue, portanto, criando as bases para ocupar grande espaço nesse movimento global que é a transição energética, enquanto o governo dos Estados Unidos caminha no sentido oposto. Se formos eficientes na regulamentação dessas atividades, criando um ambiente regulatório e econômico saudáveis, poderemos aproveitar o momento para capturar investimentos que, em outras circunstâncias, iriam para o Hemisfério Norte.



Francisca, uma guerreira cearense

» FERNANDA SOBRAL

Professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e Diretora da SBPC



Faleceu no último dia 2, aos 77 anos, a professora titular aposentada da Universidade de Brasília (UnB) Maria Francisca Pinheiro Coelho, nascida em Jaguaribe (CE) em dezembro de 1947. Francisca era formada em ciências sociais pela Universidade do Ceará (1974) e fez mestrado e doutorado na UnB.

A professora deixa uma vasta produção acadêmica, como a biografia do colega de movimento estudantil na Universidade Federal do Ceará (UFC) José Genoíno, escolhas políticas, e as obras *Política, ciência e cultura em Max Weber*, *Políticas sociais para o desenvolvimento*, *A esfera da política* e *O público-privado na educação*. Foi presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB) de 1998 a 2000, e responsável pelo lançamento da pedra fundamental da Casa do Professor, onde seu corpo foi velado na quarta-feira, dia 5.

Francisca, ou Loura como a conheciam, fundou o PT nacional e local, e sua vida decorreu entre duas grandes paixões: a academia e a política. Na academia, as principais contribuições de Francisca ao longo da sua carreira se referem às

questões educacionais, sobretudo ao debate sobre o ensino público e laico. Também se referem ao pensamento de Hannah Arendt, na discussão sobre a democracia — seu último pós-doutorado na Alemanha foi para pesquisar nos arquivos locais sobre essa grande pensadora. Ou seja, a sociologia da educação e a sociologia política foram seus grandes eixos de análise e produção.

No lançamento do livro da Francisca intitulado *O público e o privado na educação brasileira: o conflito na Constituinte*, eu afirmei que a minha alegria com esse lançamento se devia a várias razões. Inicialmente, pelo fato, indicado pela própria autora, de que o momento da Constituinte foi marcado pelo espírito de uma época, a democracia.

A Assembleia Nacional Constituinte aconteceu na chamada Nova República, com uma intensa participação da sociedade civil, cheia de esperança de mudanças, depois de 21 anos de ditadura. Em segundo lugar, porque participei também desse período, pois fazíamos parte de um grande projeto de pesquisa com as professoras Maria Lucia Maciel, Ana Maria Fernandes entre outros, durante a Constituinte, e na qual pudemos acompanhar de perto as comissões da Família, Educação Cultura e Esportes e a outra de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Finalmente, e não menos importante, pelo fato de ser dos melhores estudos que já li sobre a manifestação de conflitos de interesses, tema clássico e contemporâneo da sociologia. Esse conflito, protagonizado pelos republicanos versus liberais

conservadores, não se expressaram apenas no campo da educação, embora a análise da autora tenha se detido nesse campo, no que concerne especificamente ao debate público e privado.

Para concluir, gostaria de destacar algumas qualidades pessoais que pude apreciar durante nossa longa convivência. Conheci-a na realização do mestrado na UnB, na década de 1980, na primeira turma do nosso doutorado em sociologia em 1984. Nesse convívio, o que mais me impressionava em Francisca era a sua integridade e firmeza com os princípios políticos e a postura acadêmica. Essa guerreira cearense teve uma importância política muito grande no movimento estudantil em Fortaleza e na fundação do PT. Era muito firme, mas não fundamentalista nos princípios políticos, pois criticava o que era preciso ser criticado e defendia arduamente o que achava correto.

Há 20 dias, nos encontramos no cinema. Vimos o filme *O conclave* e o comentamos. Não imaginava que seria a última vez que nos veríamos. Me ligou, depois de operada, para pedir que eu a substituísse numa banca, ainda falando com voz forte. Eu estava impossibilitada naquele dia, mas me ofereci para outra data. Não imaginei que o estado dela se agravaria tanto. Não consegui falar mais com ela. Foi a última vez mesmo.

Deixa um vazio imenso na nossa sociologia, mas seu legado como pessoa e como professora estão ainda aqui. Sigamos adiante, a partir desse legado, analisando e lutando pela democracia e pela educação pública.